

# MAPEANDO O PROGRESSO DO BRASIL RUMO AO CUMPRIMENTO DA META 3 DE SAÚDE E BEM-ESTAR NOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DOS SUBOBJETIVOS 3.B NO ANO DE 2022

## MAPPING BRAZIL'S PROGRESS TOWARDS ACHIEVING GOAL 3 ON HEALTH AND WELL-BEING IN THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: ANALYSIS OF SUB-GOALS 3.B IN 2022

Idonilton da Conceição Fernandes<sup>1\*</sup>

Isadora Dallarmi Miguel<sup>2</sup>

Brenda Winona do Santos<sup>1</sup>

Alessandro Castanha da Silva<sup>1</sup>

Luciane Dalarmi<sup>1</sup>

Deise Prehs Montrucchio<sup>1</sup>

Josiane de Fátima Gaspari Dias<sup>1</sup>

Marilis Dallarmi Miguel<sup>1</sup>

Obdulio Gomes Miguel<sup>1</sup>

### RESUMO

A pesquisa se concentrou na análise da implementação do subobjetivo 3.b do ODS 3 no Brasil em 2022, com foco na pesquisa e desenvolvimento de vacinas e medicamentos. Os dados foram coletados no site oficial da ONU Brasil, seguindo critérios específicos de inclusão e exclusão para garantir robustez metodológica. Uma análise descritiva revelou uma distribuição heterogênea de atividades entre os estados brasileiros, destacando disparidades regionais e lacunas a serem abordadas. Os resultados detalhados mostraram o número de atividades relacionadas ao ODS 3 em cada estado são notáveis, mas ausência da subobjetivo 3.b em todo o país, ressaltando a necessidade urgente de sua implementação.

**Palavras-chave:** Vacinas; Desenvolvimento; Brasil

### ABSTRACT

The research focused on analyzing the implementation of SDG 3.b sub-goal in Brazil in 2022, with a focus on research and development of vaccines and medicines. Data was collected from the official website of the United Nations in Brazil, following specific inclusion and exclusion criteria to ensure methodological robustness. A descriptive analysis revealed a heterogeneous distribution of activities among Brazilian states, highlighting regional disparities and gaps to be addressed. The detailed results showed that the number of activities related to SDG 3 in each state is noteworthy, but there is a lack of activities for sub-goal 3.b throughout the country, underscoring the urgent need for its implementation.

**Keywords:** Vaccines; Development; Brazil

<sup>1</sup>Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR, Brazil. Av. Prefeito Lothário Meissner- Jardim Botânico

\* **Endereço para correspondência** [tonhfernandes@gmail.com](mailto:tonhfernandes@gmail.com)

<sup>2</sup>Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná, Graduação em Medicina, Curitiba, Paraná, Brasil

## 1. INTRODUÇÃO

À medida que o Brasil continua a direcionar seus esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, o acompanhamento das atividades específicas em cada estado se torna crucial para avaliar o progresso nacional. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 3 (ODS 3) tem um enfoque especial na saúde e bem-estar, propondo metas ambiciosas para garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (ONU, 2023). Em 2022, diversas atividades foram desenvolvidas em todo o país para atender a esse objetivo, incluindo ações voltadas para a Meta 3.b, que foca em suporte à pesquisa e desenvolvimento de vacinas e medicamentos para doenças que afetam principalmente os países em desenvolvimento.

Afirma Organização das Nações Unidas (2023) o subobjetivo 3.b apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e,

em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

Neste contexto, a pesquisa visa aprofundar o entendimento das dinâmicas e resultados das iniciativas inovadoras em diversos estados brasileiros, focando no ano de 2022, um período ainda marcado pelas repercussões da pandemia de COVID-19, que exacerbou as necessidades em saúde pública e evidenciou a importância do acesso universal a tratamentos médicos e profiláticos. Tal análise não apenas revela o cumprimento de metas em termos quantitativos, mas também permite avaliar a qualidade e a sustentabilidade das ações, considerando o acesso equitativo a medicamentos e vacinas, e ressaltando o papel do Brasil no cenário global como participante ativo na promoção da saúde e bem-estar coletivos.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma coleção de 17 metas (tabela 1) globais interconectadas projetadas para ser um "plano azul para alcançar um futuro melhor e mais sustentável para todos". Estes foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas em 2015 e pretendem ser progressos até o ano de 2030. Cada ODS tem metas específicas que devem ser alcançadas, e

são acompanhadas por indicadores que ajudam a medir o progresso (MONTEIRO; RIBEIRO; LEMOS, 2022).

**Tabela 1.** Objetivos dos desenvolvimento sustentável.

<b>OBJETIVO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1. Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome Zero	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, e promover uma agricultura sustentável.
3. Saúde e Bem-Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de Qualidade	Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos.
5. Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água Limpa e Saneamento	Garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energia Limpa e Acessível	Garanta o acesso confiável, sustentável, moderno e o preço acessível à energia para todos.
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestrutura resiliente, promover uma industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e Produção Responsável	Garantir padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Vida na Água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, águas e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida Terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, administrando florestas de forma sustentável.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades importadoras e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ONU (2023) adaptado

O terceiro objetivo, especificamente, é garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades. Essas submetas, quando alcançadas, representam uma melhoria significativa na saúde e no bem-estar das populações em todo o mundo. Além disso, o ODS 3 está intrinsecamente ligado a muitos outros objetivos, uma vez que a saúde é um fator fundamental para o progresso em áreas como educação, igualdade de gênero, redução da pobreza e crescimento econômico (UNICEF, 2023).

No entanto, para que essas metas sejam alcançadas, é necessário um esforço conjunto que envolve os governos, o setor privado, a sociedade civil e os cidadãos, para criar sistemas de saúde resilientes, promover políticas informadas por evidências científicas, e garantir que os avanços médicos sejam acessíveis e igualitários para todos os indivíduos.

## 2.2. ACELERANDO O PROGRESSO: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE PÚBLICA

Em um cenário de desafios globais que caracterizam a atual conjuntura da saúde pública, a pesquisa e o desenvolvimento surgem como colunas vitais para o progresso e eficiência nas estratégias de combate a doenças. O Brasil, consolidando sua posição como uma nação emergente e ator chave neste contexto, tem ampliado significativamente seus esforços em

inovações no setor da saúde pública e desenvolvimento de medicamento em conjunto com outras instituições (CASTRO, 2019).

A colaboração entre instituições acadêmicas e órgãos de saúde pública tem se tornado um motor para o desenvolvimento de pesquisas voltadas à descoberta de novos tratamentos e medidas preventivas. Nesse ínterim, a formação de alianças estratégicas com entidades internacionais tem expandido a habilidade do país de absorver conhecimentos avançados e acompanhar tendências emergentes no setor da saúde. Essas parcerias são cruciais para que os laboratórios nacionais possam não somente seguir em criação de novos insumos, mas também contribuir ativamente para o desenvolvimento de soluções inovadoras sustentáveis (VIRGOLINO et al., 2020).

Os programas governamentais recentes demonstram um comprometimento crescente com a inclusão de práticas sustentáveis e eticamente responsáveis em pesquisas científicas. Esse enfoque se direciona ao estudo de doenças que impactam desproporcionalmente regiões tropicais e em desenvolvimento, cujo combate é essencial para promover a equidade em saúde (SARNEY FILHO et al. *S.d.*).

A conexão entre a inovação científica e a indústria farmacêutica local é um aspecto decisivo. Incentivos à produção nacional de medicamentos e vacinas fortalecem a soberania farmacêutica do país, um elemento chave para

garantir a saúde pública como um direito universal, independente de renda ou localização (MENEZES, 2023; SILVA et al., 2022).

Adicionalmente, o Brasil vem adotando uma postura alinhada às diretrizes globais, como as definidas pela Declaração de Doha (FERRO, 2021). Ao salienta a busca por um equilíbrio entre a proteção à propriedade intelectual e a necessidade de atender às demandas urgentes de saúde pública. Isso se manifesta na adoção de estratégias para a produção de medicamentos genéricos, facilitando o acesso a tratamentos vitais (CASTRO, 2018).

### 2.3. GARANTIA DE ACESSO: MEDICAMENTOS ESSENCIAIS E SAÚDE PARA TODOS

A questão do acesso a medicamentos essenciais é central na agenda global de saúde, especialmente nos países em desenvolvimento. Nesses locais, a desigualdade econômica frequentemente se traduz em uma grave disparidade no acesso a tratamentos básicos. Diante desse cenário, o compromisso com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3.b adquire uma relevância crucial, salientando a necessidade de assegurar que todos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a medicamentos e vacinas a preços acessíveis ressaltam a importância dessa meta para a equidade em saúde (CHATTU et al., 2023).

A acessibilidade a medicamentos envolve múltiplas facetas, incluindo o custo, a logística de distribuição e a capacidade de produção local. Políticas voltadas à promoção da produção nacional de fármacos e à transferência de tecnologia são fundamentais para que os países em desenvolvimento aumentem sua autossuficiência e capacidade de atender às demandas de saúde de suas populações (ANTENOR, [s.d.]).

A Declaração de Doha surge como um instrumento crucial nesse esforço global, permitindo aos países em desenvolvimento o acesso a controles de patentes para atender necessidades críticas de saúde pública esse recurso valioso para combater monopólios e promover uma distribuição mais justa dos recursos de saúde, destacando o acesso a medicamentos como uma questão de equidade e justiça social (CORREA, 2005;CASTRO, 2018).

As iniciativas de cooperação internacional e as parcerias entre governos, setor privado e ONGs são vitais para o avanço na pesquisa e no desenvolvimento de medicamentos mais eficazes (BUSS, 2018). Estes esforços coletivos são essenciais para enfrentar doenças que afetam desproporcionalmente os mais pobres e marginalizados, incluindo as doenças tropicais negligenciadas

Integrar a saúde pública ao desenvolvimento econômico e social, garantindo o acesso universal aos serviços de saúde e aos medicamentos essenciais, constitui um passo fundamental na construção de uma sociedade equitativa enfatizando o acesso a tratamentos como um direito humano básico é essencial para intervenções que abordem não apenas a oferta e a demanda de medicamentos, mas também as barreiras estruturais que impedem muitos de alcançar uma saúde plena e digna (OLIVEIRA; NASCIMENTO; LIMA, 2020).

A implementação de políticas que utilizem as disposições do acordo TRIPS, promovendo licenças compulsórias e a importação paralela de produtos farmacêuticos, emerge como uma estratégia crucial em crises de saúde pública. Essas ações permitem a importação e produção de medicamentos genéricos sem o consentimento dos detentores de patentes, uma tática vital quando o acesso a medicamentos originais é limitado por preços elevados ou escassez (BEKKER et al., 2018).

Em vista disso, a implementação de políticas que alavancam as disposições do acordo TRIPS, promovendo o uso de licenças compulsórias e a importação paralela de produtos farmacêuticos, pode ser um instrumento crucial para lidar com crises de saúde pública. Estas ações permitem que os países importem e produzam medicamentos

genéricos sem o consentimento dos detentores da patente, uma estratégia vital quando o acesso a medicamentos originais é restrito por preços proibitivos ou por escassez de oferta (CHAVES, 2016).

O impacto dessas políticas ultrapassa fronteiras nacionais, influenciando o mercado global de medicamentos e pressionando a indústria farmacêutica para tornar a inovação mais inclusiva e os tratamentos mais acessíveis (TANNOURY; ATTIEH, 2017).

Essas políticas não apenas refletem o estado atual da pesquisa, mas também contribuem para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e justas, alinhadas aos objetivos do ODS 3 e ao compromisso global com a saúde e o bem-estar para todos.

## 2. METODOLOGIA

Foi realizada uma análise descritiva das atividades relacionadas ao subobjetivo 3.b do ODS 3 nos estados brasileiros, com base em dados disponíveis publicamente no site da ONU Brasil. Os dados foram coletados diretamente do site oficial da ONU Brasil dedicado aos ODS (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>), especificamente o ano de 2022. O objetivo de a pesquisa avaliar a implementação e o progresso de iniciativas alinhadas ao subobjetivo 3.b do ODS 3, que envolve o apoio à pesquisa e desenvolvimento de vacinas e medicamentos, nos estados brasileiros no ano de 2022.



### **Critérios de Inclusão:**

- Atividades explicitamente marcadas como relacionadas ao subobjetivo 3.b do ODS 3.
- Atividades com informações detalhadas sobre a localização geográfica (estados brasileiros).
- Projetos com documentação disponível que confirma a execução ou planejamento em 2022.

### **Critérios de Exclusão:**

- Atividades que não mencionam o subobjetivo 3.b do ODS 3.
- Iniciativas sem localização geográfica específica ou fora do escopo nacional.
- Projetos sem evidência de atividade no ano de referência.

Os dados foram extraídos utilizando uma abordagem padronizada. A primeira etapa consistiu na identificação das atividades marcadas sob o subobjetivo 3.b. Em seguida, foi realizada uma catalogação das atividades com base na sua descrição e localização.

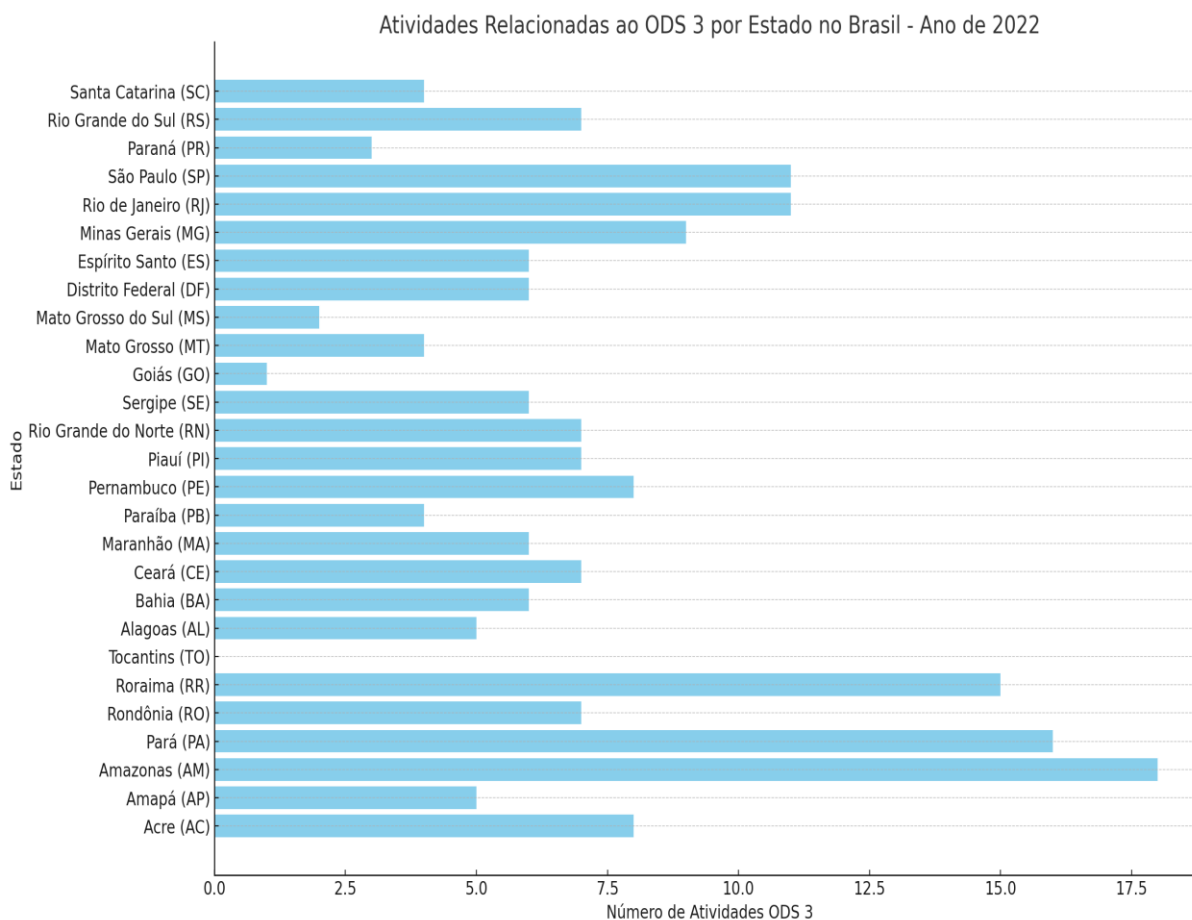
Para cada estado brasileiro, foi feita uma análise quantitativa das iniciativas relatadas. Além disso, uma análise qualitativa proporcionou insights sobre o escopo, alcance e potencial impacto dessas atividades. Foram investigadas as parcerias estabelecidas, os tipos de pesquisa e desenvolvimento promovidos e os resultados preliminares ou esperados, quando disponíveis.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No contexto dos esforços nacionais para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, que se concentra na saúde e bem-estar, é fundamental acompanhar as atividades realizadas em cada estado brasileiro. A Figura 1 fornece um panorama das atividades relacionadas ao ODS 3 realizadas no ano de 2022.

Embora o estado de Tocantins (TO) apresente um total de zero atividades relacionadas às ODS 3 registradas em 2022, é importante notar que isso não significa a ausência de iniciativas voltados para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Segundo informações disponíveis no site das Nações Unidas para o Brasil, há atividades que contemplam esse estado no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é possível que ações ocorram em andamento ou que tenham sido realizadas sem serem capturadas ou relacionadas nos dados apresentados. Esse tipo de discrepância pode ocorrer devido a vários fatores, como atrasos no relato de dados, critérios específicos para o que é contado como uma atividade ou até mesmo desafios na coleta de informações.

Figura 1 – Atividades relacionadas ao ODS 3 por Estado no Brasil.



Fonte: Autor (2023)

Por isso, ao considerar esses dados, deve-se ter em mente o contexto mais amplo e as possíveis limitações dos mecanismos de relatório. A continuidade de esforços e o engajamento com as metas dos ODS são cruciais para o progresso em todas as regiões e estados, independentemente do que é mostrado nas estatísticas de um único ano.

As atividades relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, especificamente no âmbito do ODS 3.b, revelou uma constatação preocupante: não

houve registro de atividades específicas para este objetivo em nenhum dos estados brasileiros durante o ano de 2022. Esta ausência aponta para uma lacuna significativa na implementação de políticas e estratégias voltadas para a promoção da saúde e bem-estar, conforme estipulado nos objetivos globais da Organização das Nações Unidas.

O ODS 3.b, que foca no apoio à pesquisa e desenvolvimento de vacinas e medicamentos para doenças que afetam principalmente os países em desenvolvimento, é crucial para



garantir um acesso igualitário à saúde. A falta de atividades relacionadas a este ODS em todo o território nacional indica que, apesar dos esforços gerais em saúde pública, uma parte significativa do compromisso brasileiro com os ODS está sendo negligenciada.

Esta situação gera preocupações substanciais, considerando a importância do ODS 3.b na luta contra as desigualdades no acesso à saúde. Além disso, a ausência de atividades reportadas pode refletir uma série de desafios, incluindo a possível falta de recursos, priorização inadequada de objetivos de saúde, ou até mesmo as repercussões da pandemia de COVID-19, que desviou a atenção e os recursos para outras áreas urgentes.

Esta constatação ressalta a necessidade de uma revisão crítica e de um planejamento estratégico por parte dos responsáveis pela saúde pública no Brasil. É fundamental que sejam identificados os obstáculos que impedem o avanço neste objetivo específico e que sejam elaboradas estratégias para superá-los. Isso pode incluir a alocação de mais recursos, a formação de parcerias estratégicas, e o estabelecimento de programas específicos focados no ODS 3.b.

Em conclusão, a ausência de atividades relacionadas ao ODS 3.b em 2022 no Brasil é um sinal de alerta que deve ser prontamente atendido. É um chamado à ação para os formuladores de políticas, os profissionais da saúde e a sociedade em geral, destacando a

necessidade urgente de se concentrar nesse objetivo para garantir uma saúde equitativa e acessível para todos.

A implementação da Meta 3.b dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é fundamental para a transformação do panorama da saúde nos países em desenvolvimento, que frequentemente enfrenta barreiras significativas no que diz respeito ao acesso a medicamentos e vacinas essenciais. Esta meta é uma ponte crucial para o abismo entre as necessidades de saúde e a disponibilidade de tratamentos acessíveis e eficazes, particularmente para doenças transmissíveis e não transmissíveis que têm um impacto desproporcional sobre as populações mais pobres e marginalizadas.

### 3.1 SAÚDE GLOBAL E ACESSO

A importância do desenvolvimento de medicamentos e vacinas para a população mundial não pode ser subestimada. Estes avanços são pilares fundamentais para o progresso da saúde pública e o bem-estar global. O desenvolvimento de medicamentos e vacinas impulsiona a capacidade de prevenir, controlar e eliminar doenças, muitas das quais, historicamente, têm devastado populações inteiras (OLIVEIRA et al., 2020).

As vacinas, em particular, representam uma das intervenções de saúde mais custo-efetivas e de sucesso, proporcionando imunidade coletiva e protegendo não apenas os

indivíduos vacinados, mas também a comunidade em geral (RODRIGUES; PLOTKIN, 2020). A erradicação da varíola e a quase erradicação da poliomielite são testemunhos do poder das campanhas de vacinação (DIRUSSO; STANSBERRY, 2022). Atualmente, as vacinas salvam de 2 a 3 milhões de vidas anualmente, de acordo com a Organização Mundial da Saúde.

Os medicamentos, por sua vez, desempenham um papel vital no tratamento de condições agudas e crônicas, permitindo não apenas a recuperação da saúde, mas também a melhoria da qualidade de vida (SILVA et al., 2023). O desenvolvimento de novos medicamentos é fundamental na luta contra resistências antimicrobianas e na adaptação às mudanças no panorama das doenças, como a emergência de novos patógenos (JOLY; QUEIROZ, 2020).

Contudo, o desenvolvimento de vacinas e medicamentos não é uma tarefa simples. É um processo que requer um investimento substancial em pesquisa e desenvolvimento (P&D), testes clínicos específicos, e uma compreensão profunda dos mecanismos biológicos das doenças. Este processo pode ser ainda mais desafiador em países em desenvolvimento, onde recursos financeiros e capacidades técnicas podem ser limitados (GRAHAM, 2020).

A cooperação internacional e o investimento em P&D são essenciais para superar esses desafios (BARBEITAS et al., 2023). Programas globais, como a Iniciativa de Vacinas GAVI e o Fundo Global de Luta contra AIDS, Tuberculose e Malária, são exemplos de como a colaboração internacional pode levar ao desenvolvimento e distribuição de vacinas e medicamentos em escala global (PATEL; CUMMINGS; ROBERTS, 2015). Além disso, é importante não apenas desenvolver, mas também garantir o acesso a medicamentos e vacinas (STEVANIM, 2020). Isso significa que todos devem ser acessíveis, independentemente de onde vivem ou de sua capacidade de pagar (CHAGAS et al., 2020). Iniciativas que visam tornar medicamentos e vacinas mais acessíveis são questionadas para reduzir desigualdades em saúde e para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ausência de atividades específicas para o Meta 3.b nos estados reflete a necessidade urgente de fortalecimento das políticas públicas e de parcerias estratégicas que possam contribuir para o desenvolvimento e a disseminação de medicamentos e vacinas essenciais, especialmente em áreas onde a infraestrutura de saúde é deficiente. Isso é crucial para enfrentar não apenas as doenças transmissíveis, mas

também as não transmissíveis, que especificam uma carga crescente. A declaração da Declaração de Doha é central para esta discussão, pois ela permite que os países em desenvolvimento superem barreiras legais e financeiras na obtenção de medicamentos a preços acessíveis, sendo um exemplo de como a flexibilidade das regras de propriedade intelectual pode beneficiar a saúde pública. No entanto, o impacto dessas políticas será limitado se não houver um esforço concomitante para apoiar a pesquisa e o desenvolvimento local. Neste sentido, a consideração final é que, para que o Brasil e outros países em desenvolvimento possam alcançar plenamente o ODS 3, é necessário um compromisso renovado e fortalecido com a cooperação internacional, investimento em ciência e tecnologia, e um modelo de saúde que seja verdadeiramente inclusivo e sustentável. O progresso na direção desses objetivos é essencial não apenas para a saúde dos indivíduos, mas para o bem-estar econômico e social das nações como um todo.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTENOR, S. Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/223-a-avaliacao-de-tecnologias-em-saude-e-sua-incorporacao-ao-sistema-unico-3>>. Acesso em: 9 nov. 2023

BARBEITAS, M. M. et al. Rumo à equidade em saúde: por uma agenda de pesquisa e

desenvolvimento e produção local orientada pelas múltiplas necessidades do Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, p. e00073623, 18 set. 2023.

BEKKER, L.-G. et al. Advancing global health and strengthening the HIV response in the era of the Sustainable Development Goals: the International AIDS Society—Lancet Commission. *Lancet* (London, England), v. 392, n. 10144, p. 312–358, 2018.

BUSS, P. M. Cooperação internacional em saúde do Brasil na era do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1881–1890, jun. 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05172018>.

CASTRO, E. M. M. DE. O acordo TRIPS e a saúde pública: implicações e perspectivas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. Disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-255-acordo\\_trips\\_e\\_a\\_saude\\_publica\\_implicacoes\\_e\\_perspectivas\\_o](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-255-acordo_trips_e_a_saude_publica_implicacoes_e_perspectivas_o). Acesso em 10 de Nov de 2023.

CASTRO, R. Economias políticas da doença e da saúde: população, raça e letalidade na experimentação farmacêutica. *Ayé: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 1, 20 maio 2019.

CHAGAS, R. R. DAS et al. Decisões estruturais em demandas judiciais por medicamentos. *Saúde em Debate*, v. 43, p. 95–110, 19 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S409>

CHATTU, V. K. et al. Access to medicines through global health diplomacy. *Health Promotion Perspectives*, v. 13, n. 1, p. 40–46, 30 abr. 2023. doi: 10.34172/hpp.2023.05

CHAVES, G. C. Interfaces entre a produção local e o acesso a medicamentos no contexto do Acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio. 2016.

CORREA, C. M. TRIPS agreement and access to drugs in developing countries. *Sur. Revista*

Internacional de Direitos Humanos, v. 2, p. 26–39, dez. 2005.

DIRUSSO, C.; STANSBERRY, K. Unvaxxed: A Cultural Study of the Online Anti-Vaccination Movement. *Qualitative Health Research*, v. 32, n. 2, p. 317–329, 1 jan. 2022. <https://doi.org/10.1177/104973232110560>

EBC. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-09-04/assinado-decreto-que-autoriza-importacao-de-generico-sem-consentimento-do-dono-da-patente>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

FERRO, I. As estratégias da Organização das Nações Unidas para a promoção da Cidadania Digital: Uma análise a partir do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de Qualidade). dez. 2021.

GRAHAM, B. S. Rapid COVID-19 vaccine development. *Science*, v. 368, n. 6494, p. 945–946, 29 maio 2020. DOI: 10.1126/science.abb8923

JOLY, C. A.; QUEIROZ, H. L. DE. Pandemia, biodiversidade, mudanças globais e bem-estar humano. *Estudos Avançados*, v. 34, p. 67–82, 11 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.006>

MENEZES, H. Z. DE. Cooperação científica e tecnológica para o desenvolvimento e a produção de tecnologias farmacêuticas: um caminho para a autonomia em saúde na América do Sul. *Revista Tempo do Mundo*, n. 31, p. 145–171, 30 abr. 2023. <https://doi.org/10.38116/rtm31art5>

MONTEIRO, S.; RIBEIRO, V.; LEMOS, K. Sustainable Development Goals-Related Disclosures: University of Minho's Webpage and Sustainability Reports. In: *Modern Regulations and Practices for Social and Environmental Accounting*. IGI Global, 2022. p. 251-268. DOI: 10.4018/978-1-7998-9410-0.ch013.

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

OLIVEIRA, D. M. DE et al. Desenvolvimento, validação e utilização de material educativo sobre armazenamento correto de medicamentos. *Saúde e Pesquisa*, v. 13, n. 3, p. 461–473, 1 set. 2020. DOI: 10.17765/2176-9206.2020v13n3p461-473.

OLIVEIRA, L. C. F. DE; NASCIMENTO, M. A. A. DO; LIMA, I. M. S. O. O acesso a medicamentos em sistemas universais de saúde – perspectivas e desafios. *Saúde em Debate*, v. 43, p. 286–298, 19 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S523>

PATEL, P.; CUMMINGS, R.; ROBERTS, B. Exploring the influence of the Global Fund and the GAVI Alliance on health systems in conflict-affected countries. *Confl Health* 9, 7 (2015). <https://doi.org/10.1186/s13031-015-0031-z>

PARADA, M.M. A declaração da OMC sobre o Acordo TRIPS e saúde pública (Doha, 2001): Um estudo de caso sobre a liderança do Brasil nos foros multilaterais. Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/465-a-declaracao-da-omc-sobre-o-acordo-trips-e-saude-publica-doha-2001-um-estudo-de-caso-sobre-a-lideranca-do-brasil-nos-foros-multilaterais>>. Acesso em: 9 nov. 2023

RODRIGUES, C. M. C.; PLOTKIN, S. A. Impact of Vaccines; Health, Economic and Social Perspectives. *Frontiers in Microbiology*, v. 11, 2020. <https://doi.org/10.3389/fmicb.2020.01526>

SARNEY FILHO, J et al. Ciência & Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável. *Ciência & Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável*. [s.d]. Disponível em [https://www.pick-upau.org.br/mundo/agenda\\_21\\_01/docs-tematicos-ciencia-tecnologia-desenvolvimento-sustentavel.pdf](https://www.pick-upau.org.br/mundo/agenda_21_01/docs-tematicos-ciencia-tecnologia-desenvolvimento-sustentavel.pdf): Acesso 09 Nov de 2023.

SILVA, B. F. et al. Abordagens Modernas para o Tratamento da Osteoartrite: Exploração das opções de tratamento não cirúrgico e cirúrgico para pacientes com osteoartrite. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 5, n. 4, p. 2607–2619, 26 set. 2023. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n4p2607-2619>

SILVA, D. A. et al. Transferência de Tecnologia e Inovação da Indústria Farmacêutica. *Revista Processos Químicos*, v. 16, n. 31, p. 71–76, 8 nov. 2022. <https://doi.org/10.19142/rpq.v17i31.659>

STEVANIM, L. F. Uma vacina para a humanidade: da expectativa à realidade, os esforços para se chegar a uma vacina contra Covid-19 acessível à população. *RADIS: Comunicação e Saúde*, n.216, p.12-21, set. 2020.

TANNOURY, M.; ATTIEH, Z. The Influence of Emerging Markets on the Pharmaceutical Industry. *Current Therapeutic Research, Clinical and Experimental*, v. 86, p. 19–22, 18 abr. 2017. <https://doi.org/10.1016/j.curtheres.2017.04.005>.

UNICEF. Goal 3: Good Health and Well-being. Disponível em: <https://data.unicef.org/sdgs/goal-3-good-health-wellbeing/>. Acesso em: 9 nov. 2023

VIRGOLINO, A. et al. Towards a Global Perspective of Environmental Health: Defining the Research Grounds of an Institute of Environmental Health. *Sustainability*, v. 12, n. 21, p. 8963, jan. 2020. <https://doi.org/10.3390/su12218963>.